

VII - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO:

A Terra Indígena Kulina do Rio Ueré abrange a bacia hidrográfica do Rio Ueré, no município de Caruaru, e porções nos municípios de Tefé e Tapauá, todos no Estado do Amazonas. O polígono de delimitação perfaz uma área aproximada de 274.526 hectares, dos quais mais de 160.000 dentro da Bacia do Ueré, 44 mil na planície aluvial (alagável) e 116 mil em terra firme. As pesquisas bibliográficas, históricas e os relatos dos Kulina durante a pesquisa de campo permitem demonstrar a antiguidade e continuidade da presença do povo Kulina (Madija) no Rio Juruá e em seus tributários de modo inquestionável. A partir do ciclo da borracha e do tempo das drogas do sertão, violências diversas foram praticadas contra os Kulina, incluindo as "correrias" ou ações de captura e extermínio de indígenas, escravidão, expulsão de territórios, rapto de mulheres e epidemias, o que forçou grandes deslocamentos de famílias e subgrupos inteiros. No que diz respeito ao Rio Ueré, dados da bibliografia, memória oral e imagens de satélite comprovam a habitação permanente da bacia do rio Ueré pelos atuais Kulina desde as décadas de 1970 e 1980, associada a uma grande mobilidade pela calha do Rio Juruá, decorrente de fatores culturais e da colonização da região. Há inclusive uma carta topográfica oficial do Ministério da Defesa - Exército Brasileiro que reconhece, pelo menos desde 2014, a região do Rio Ueré como Terra Indígena Kulina do Rio Ueré - Matatibem Os Kulina são pescadores, caçadores, coletores e agricultores tradicionais, de modo que áreas de floresta / terra firme da terra indígena e o complexo de rios, igarapés e lagos associados à confluência dos rios Ueré e Juruá são fundamentais para a realização de suas atividades produtivas de subsistência. Trata-se, portanto, de modo inquestionável, de terras ocupadas em caráter permanente pelos Kulina do Rio Ueré, utilizadas para suas atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, levando-se em consideração o disposto no artigo 231 da Constituição Federal de 1988, os elementos técnicos reunidos pelo grupo técnico e a anuência da população indígena.

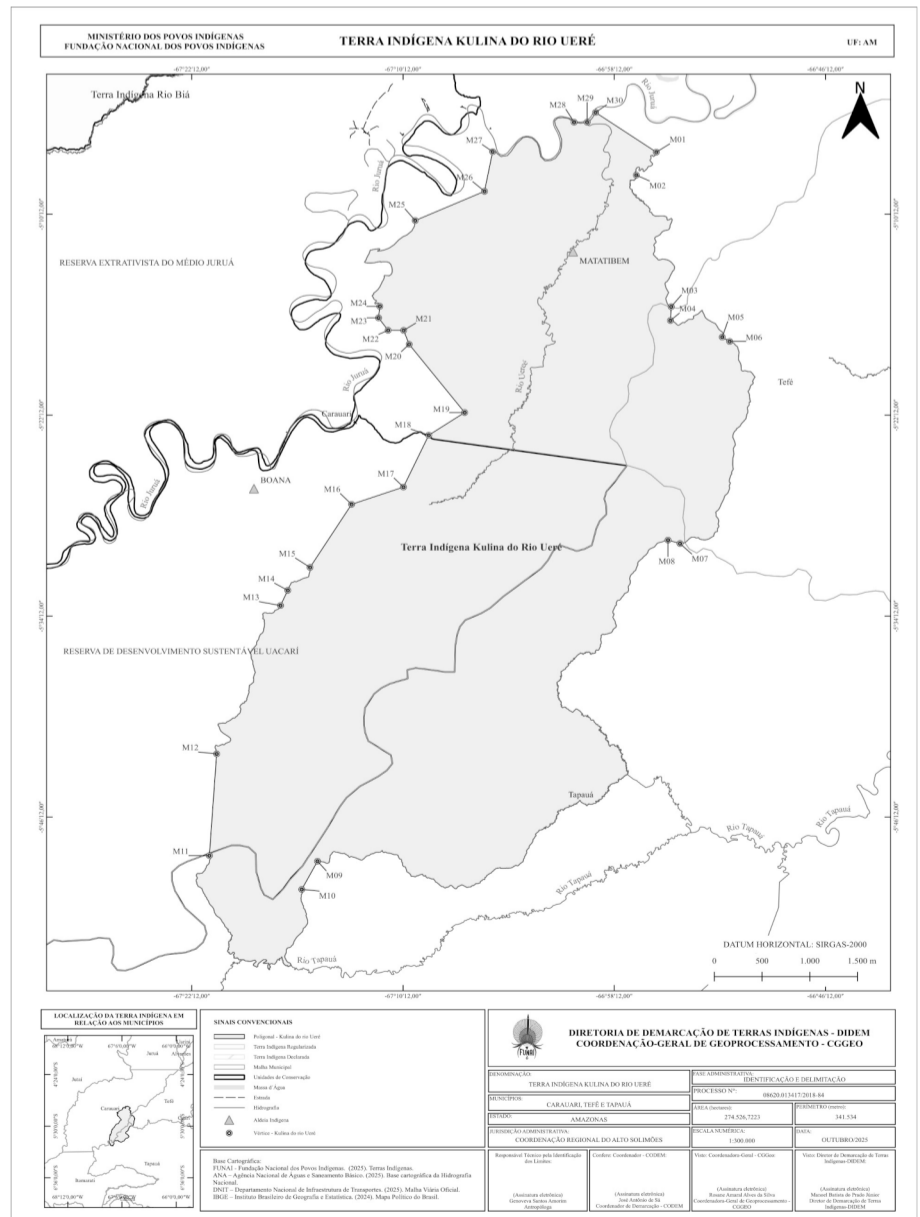
GENOVEVA SANTOS AMORIM - Antropóloga-coordenadora do Grupo Técnico Portaria n.º 649, de 19 de abril de 2023.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se a descrição do perímetro no vértice M01 na desembocadura do Paraná Samaúma, no Sacado Samaúma, de coordenadas geográficas (Latitude e Longitude): 05°06'29"S e 66°56'12"WGr; segue pelo Paraná do Samaúma até encontrar o vértice M02 na desembocadura do Igarapé Samaúma, nas coordenadas geográficas 05°07'55"S e 66°57'04"WGr; daí segue pelo curso d'água do Igarapé Samaúma, até a última confluência de cabeceiras do Igarapé Samaúma, onde localiza-se o vértice M03 com coordenadas geográficas 05°15'43"S e 66°55'02"WGr; partindo desse ponto, segue a linha seca, até o afluente de cabeceira do Rio Cancho, no vértice M04 de coordenadas geográficas 05°16'34"S e 66°55'01"WGr; desce por esse braço e sobe na primeira confluência, até encontrar a cabeceira desse outro afluente de cabeceira do Rio Cancho, onde se localiza o vértice M05, sob as coordenadas geográficas 05°17'31"S e 66°52'05"WGr; daí, segue a linha seca até o vértice M06, de coordenadas geográficas 05°17'49"S e 66°51'40"WGr; deste, desce esse afluente, encontra o Rio Tefé, por onde desce até a confluência do Rio Repartimento e segue a linha seca até o vértice M07, num afluente de cabeceira do Rio Repartimento, com as coordenadas geográficas 05°29'53"S e 66°54'29"WGr; deste, segue a linha seca até o vértice M08, de coordenadas geográficas 05°29'38"S e 66°55'08"WGr; daí segue pelo afluente do Rio Tapauá, passando pelo vértice M09 nas coordenadas geográficas 05°48'50"S e 67°15'04"WGr; desta cabeceira, segue por linha seca até o vértice M10 com coordenadas geográficas 05°50'31"S e 67°15'58"WGr; daí, segue pelo afluente até o vértice M11, de coordenadas geográficas 05°48'29"S e 67°21'11"WGr; daí segue pela linha seca até o vértice M12, localizado numa confluência de cabeceiras do Rio Pauana, com coordenadas geográficas 05°42'25"S e 67°20'49"WGr; segue pelo igarapé até um pequeno afluente desse mesmo curso, e por ele sobe, até o vértice M13, de coordenadas geográficas 05°33'33"S e 67°17'09"WGr; deste, segue por linha seca até o vértice M14, localizado em outro afluente de cabeceiras do Rio Pauana, de coordenadas geográficas 05°32'38"S e 67°16'44"WGr; segue por linha seca passando pelo vértice M15, de coordenadas geográficas 05°31'16"S e 67°15'29"WGr; daí segue para o vértice M16, localizado em confluência de cabeceira de dois afluentes do Igarapé Pauapixuna, de coordenadas geográficas 05°27'32"S e 67°13'08"WGr; daí, segue por várias linhas secas com as seguintes coordenadas: o vértice M17 de coordenadas geográficas 05°31'16"S e 67°15'29"WGr; M18, de coordenadas geográficas 05°23'24"S e 67°08'46"WGr; M19, de coordenadas geográficas 05°22'01"S e 67°06'43"WGr; M20, de coordenadas geográficas 05°18'00"S e 67°09'50"WGr; M21, de coordenadas geográficas 05°17'10"S e 67°10'08"WGr; M22, de coordenadas geográficas 05°17'10"S e 67°11'02"WGr; M23, de coordenadas geográficas 05°16'23"S e 67°11'35"WGr; M24 de coordenadas geográficas 05°15'43"S e 67°11'31"WGr; daí, segue o curso de água até o Lago Juburi, até encontrar o escoaouro que liga com as águas do Lago Uati, seguindo pelas margens desse lago, até o vértice M25, de coordenadas geográficas 05°10'34"S e 67°09'32"WGr; daí, segue pelas linhas secas com as seguintes coordenadas geográficas: M26, de coordenadas 05°08'49"S e 67°05'35"WGr; M27, de coordenadas geográficas 05°06'29"S e 67°05'06"WGr; segue pelas margens do Rio Juruá os seguintes vértices com as seguintes coordenadas geográficas: M28, de coordenadas geográficas 05°04'44"S e 67°00'29"WGr; M29 de coordenadas geográficas 05°04'41"S e 66°59'42"WGr; M30, de coordenadas geográficas 05°04'05"S e 66°59'17"WGr; deste, segue a linha seca até o vértice M01, início deste perímetro.

Observações: 1- Dados cartográficos de referência para representação do perímetro deste memorial descritivo: SD.21-Z-A-1 - escala 1:100.000 - DSG - 1976.

2- As coordenadas geográficas da descrição do perímetro estão referenciadas ao Datum horizontal SIRGAS2000.



DESPACHO DECISÓRIO Nº 34, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em conformidade com o §º 7 do art. 2º do Decreto 1775/96, tendo em vista o Processo nº 08620.078023/2015-29 e considerando o Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação de autoria do antropólogo Luciano Alves Pequeno, que acolhe, face às razões e justificativas apresentadas, decide:

APROVAR as conclusões objeto do citado resumo para, afinal, reconhecer os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Pindó Poty (RS), de ocupação tradicional do povo indígena Guarani Mbyá, com superfície aproximada de 71 hectares (setenta e um hectares) e perímetro aproximado de 6,7 km, localizada no município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

JOENIA WAPICHANA

ANEXO

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA PINDÓ POTY (RS)

Referência: Processo Funai n.º 08620.078023/2015-29. Denominação: Terra Indígena Pindó Poty (anteriormente denominada Lami). Superfície aproximada: 71,88 ha (setenta e um hectares e oitenta e oito ares). Perímetro aproximado: 6.688 m (seis mil, seiscentos e oitenta e oito metros). Localização: Município de Porto Alegre. Estado: Rio Grande do Sul. Povo Indígena: Guarani Mbya. População: 43 pessoas (Funai-GT-2022). Grupo Técnico multidisciplinar constituído pela Portaria n.º 1426, de 14 de novembro de 2012, complementado pela Instrução Técnica Executiva da Presidência da Funai (ITE) n.º 1731, de 21 de novembro de 2014, ITE nº 5317, de 07 de novembro de 2022 e, Portarias n.º 311/PRES, de 07/03/2018, e n.º 581/PRES, de 25 de abril de 2018, coordenado pelo antropólogo e servidor da Funai, Luciano Alves Pequeno.

I-DADOS GERAIS:

Os habitantes da Terra Indígena Pindó Poty se reconhecem como pertencentes ao povo, ou grupo étnico, Guarani, que por sua vez integra a família linguística Tupi-Guarani, do tronco linguístico Tupi. São todos falantes, como língua materna, do Guarani Mbya. No século XVI, quando dos primeiros encontros com os portugueses e espanhóis, grupos falantes de línguas Tupi-Guarani foram registrados ao longo de praticamente toda a costa atlântica, bem como na região compreendida pelo Rio da Prata e seus formadores, como os rios Uruguai, Paraná e Paraguai. Os Guarani Mbya possuem suas aldeias distribuídas em diferentes países, na região nordeste da Argentina, principalmente na Província de Misiones, no leste do Paraguai e, em todos estados do sul e sudeste do Brasil, exceto Minas Gerais, e em número reduzido, no norte do Brasil e no Uruguai. A presença Guarani na região que se tornou o sul do Brasil, conforme indicam as pesquisas em arqueologia, tem uma profundidade temporal de cerca de dois mil anos antes do presente. O litoral da região sul do Brasil, especificamente o Rio Grande do Sul, incluindo as planícies costeiras do Lago Guaíba, da Laguna dos Patos, bem como a Serra do Sudeste que tem a sua extremidade norte no município de Porto Alegre, integra este amplo território Guarani. Do final do século XVI até meados do XVIII, nas regiões banhadas pelas bacias dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, os padres da Companhia de Jesus ergueram junto aos indígenas o complexo missionário jesuítico-Guarani. No seu auge, era formado por trinta povos, núcleos populacionais em que se desenvolviam as atividades missionárias, dos quais sete deles situavam-se na região que se tornou o Rio Grande do Sul, então denominado pelos jesuítas de Província do Tape. A região missioneira sempre foi ocupada pelos Guarani e atualmente os Mbyá Guarani guardam na memória seu vínculo com as ruínas dos 30 povos das Missões, as sagradas aldeias de pedras definidas pela ideia de Tava Miri (São Miguel). A história das missões e os jesuítas foram incorporados e transformados pelas narrativas Mbyá, nas quais o jesuíta aparece como uma espécie de herói civilizador, o kesiut, os quais, segundo as narrativas Mbyá, tinham poderes especiais e auxiliaram os Guarani em suas andanças pelo mundo. As primeiras referências escritas sobre os Guarani Mbyá datam das últimas décadas do século XIX, quando se destacam dos genéricos Kaaygua ou Monteses, os que viviam nas matas na disputada tríplice fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai. Registros históricos demonstram a extensa mobilidade dos Guarani neste amplo território, como parte integrante de sua organização social. Os movimentos Guarani (guatá) estão fundados na articulação entre relações sociais, políticas e econômicas que se atualizam na terra, no tekoa (lugar em que o modo de ser, estar, o sistema, a lei, a cultura Guarani Mbyá, tem condições de se desenvolver ou acontecer), atravessadas pelo sentido religioso. A mobilidade de recuos para espaços ainda livres do jugo colonial, como a chamada região do Mba'e Verá, associada no século XIX aos Ka'aygua ou Monteses, de onde emergem, no século XX, os Mbyá, em seus movimentos através das fronteiras nacionais e estaduais/provinciais que se consolidaram nos séculos XIX e XX. A mobilidade frequente entre aldeias, próximas e distantes espacialmente, constitui-se um aspecto central da territorialidade deste povo, que faz com que cada aldeia se integre numa rede multialdeã. Assim, uma terra em demarcação não é isolada, voltada para o benefício exclusivo das famílias que ali vivem num determinado período, mas passa a compor a paisagem Guarani de espaços possíveis de existência no amplo território deste povo. A história escrita e a memória oral, registram abundantemente a ocupação dos Mbyá no Rio Grande do Sul. As mais antigas aldeias Guarani no Rio Grande do Sul localizavam-se no interior de uma extensa zona de matas no noroeste do estado. Os registros de deslocamentos Mbyá no século XX ocorrem a partir das primeiras décadas, época em que estavam sendo preparados pelo governo estadual o terreno para a colonização de imigrantes europeus. A chegada dos imigrantes europeus provocou o deslocamento Guarani para vários lugares no Rio Grande do Sul e para outros estados. Grupos familiares Mbyá seguiram rotas de mobilidade através do noroeste gaúcho, alcançando, a partir dali diversos pontos no litoral brasileiro, como as aldeias do litoral de São Paulo. Na segunda metade da década de 1960, diversos grupos Mbyá, seguindo as rotas das migrações do início do século, estabeleceram-se na campanha gaúcha (região do rio Ibicuí), Lagoa dos Patos e litoral do Rio Grande do Sul. As escolhas dos Mbyá por áreas e terras específicas não é aleatória, pois sua circulação e ocupação são dirigidas por aspectos religiosos profundos através dos quais espaços tradicionais são "redescobertos". As áreas hoje ocupadas e reivindicadas nas margens do Lago Guaíba, como TI Pindó Poty (Lami), Itapuã, Cantagalo e Lomba do Pinheiro assentam-se sobre sítios arqueológicos Guarani com datações milenares, e se inserem nesta rota de movimentos e formações de aldeias que se destaca a partir da década de 1960.

II - HABITAÇÃO PERMANENTE:

Os Mbyá procuraram habitar e se sustentar em áreas de referência histórica para eles. Ocupam tradicionalmente locais de mata que ofereçam alguns recursos básicos, espaços físicos que, além de propiciar os recursos naturais que dão suporte às atividades de subsistência, é o espaço sobre o qual se realiza a vida social. Os espaços ocupados pelos grupos Mbyá sob orientação de seus líderes espirituais, reconhecidos como lugares revelados pelas divindades, são lugares onde se encontram as criações divinas e as condições ecológicas e topográficas para os Mbyá viverem e se reproduzirem na terra, segundo seu sistema, seu modo de ser. Estes locais são escolhidos pelos Mbyá, dentro de circunstâncias políticas e sociais específicas, a partir de suas memórias, das experiências passadas que guardam em sua história, passada de geração em geração através da oralidade. A área da TI Pindó Poty, reconhecida pelos Mbyá como um tekoa, ou seja, uma aldeia própria a seu modo de vida tradicional, foi, ao longo dos últimos 60 anos aproximadamente, por eles ocupada e dela retiraram seu sustento. A TI Pindó Poty é importante para muitos Guarani, não apenas os residentes na aldeia Pindó Poty, mas de outras famílias Guarani, no geral conectadas pelas redes de parentesco, que estão vinculadas de um modo ou de outro àquela terra indígena. Os moradores do Lami estão estreitamente ligados a uma rede de parentes de famílias Guarani de outras aldeias, como Cantagalo, Capivari (granja Vargas), Itapuã, Ponta da Formiga, Morro do Coco, Estiva, Lomba do Pinheiro e Rio Capivari, além de outras aldeias mais ao sul do Rio Grande do Sul, e estados como Santa Catarina e São Paulo. Entre essas aldeias há um trânsito entre as famílias numa rede de reciprocidade permanente. Se traçamos as rotas de deslocamento das pessoas Mbyá nessas diversas localidades, observaremos a configuração do território multilocal, característica do ethos Guarani. Há diversos relatos da presença e



continuidade histórica dos Mbya no Lami. A família do Guarani Sebastião Gonçalves Oliveira (conhecido como "Bastião do Lami ou Paraná"), com 77 anos (2014) foi um dos primeiros a habitar o Lami, no início dos anos 1970, mais precisamente em 1971. Foi do Lami que Sebastião Paraná, partiu para formar o Cantagalo (atual TI Cantagalo), no início da década de 1970. Nas décadas seguintes, são muitos os nomes Guarani Mbyá presentes em narrativas sobre a ocupação do Lami. O ano de 1982/83 é a data apontada para chegada da família de Valdomiro Benites que viveu 22 anos no Lami (atualmente reside em Santa Maria-RS). Em 1985, o Guarani Juancito (Karaí) bastante conhecido, passa a residir no Lami, o que motiva os Guarani de diversos estados brasileiros e de outros países a visitarem o Karaí (liderança religiosa). A década de 1980 é marcada pelo início dos trabalhos de uma associação do Rio Grande do Sul, junto aos Mbyá do Lami, Associação Nacional de Apoio ao Índio/ANAÍ. Fontes jornalísticas do Rio Grande do Sul (jornal Zero Hora), apontam a continuidade da presença dos Mbyá no Lami, em reportagens de 1973, 1986 e 1992. A TI Pindó Poty localiza-se na bacia hidrográfica do Lago Guaíba, às margens do arroio Lami, na zona Sul de Porto Alegre, nas proximidades da faixa de domínio da rodovia RS 118, que liga o centro de Porto Alegre ao Bairro Lami. Atualmente, a população residente na aldeia Pindó Poty, às margens do arroio Lami, é formada por 11 famílias nucleares, totalizando 43 pessoas.

III - ATIVIDADES PRODUTIVAS:

As áreas de uso e manejo do meio ambiente na TI Pindó Poty, caracterizadas como as atividades produtivas, atualmente estão bastante restritas e não possibilitam o exercício pleno do tekó Mbyá (modo de vida), dada a presença de ocupações não indígenas, considerando que a área não se encontra regularizada. Os ciclos da vida dos Guarani correspondem mais ou menos a dois ciclos, aos períodos de primavera/verão (Ára Pyau) e de outono/inverno (Ára Yma). O início e o fim de cada tempo são reconhecidos por uma série de indicadores do clima como chuvas e ventos, e fases da lua, e manifestações de espécies animais (como o canto de pássaros e da cigarra), quando a cigarra canta é sinal de que já é tempo de plantar. Esses ciclos, marcados pelas estações climáticas, condicionam as atividades produtivas ao longo do ano, onde ara Pyau agrega a coleta de frutos e frutas, a pesca e a agricultura (semeadura e colheita de grãos e hortaliças), e ara Yma concentra as atividades de construção, confecção de artesanato e a caça de animais silvestres. De maneira geral, todas as atividades produtivas dos Mbyá na TI Pindó Poty, são orientadas para a subsistência, com pequena inserção no mercado regional, especialmente com os produtos confeccionados como artesanato. Os Guarani mantiveram a forma tradicional de ocupação do espaço, baseada na apropriação coletiva dos recursos naturais, na agricultura de pouso (itinerante) e nas trocas solidárias de sementes, de memórias e de suas tradições. Dentre as atividades produtivas executadas pelos Guarani, a agricultura é considerada uma das mais importantes. A prática da agricultura tem importância na própria organização social Guarani, no desenvolvimento dos ciclos da vida como também nas relações com sua rede de parentesco e na relação com a divindade, na medida em que comer alimentos cultivados pode facilitar a comunicação com as divindades. Nas trocas das sementes, na realização das festas de nominação das crianças (Nhemongarái), na preservação das espécies e variedades que compõem a criação do mundo dos Guarani, enfim, mais que quantidade para alimentar e suprir as necessidades básicas de reprodução física, a agricultura tem papel no modo de ser Guarani, na sua reprodução cultural. As condições da área do Lami têm limitado a produção agrícola do grupo a duas pequenas roças que não atendem a demanda de alimentos. Nos dois núcleos de habitação presentes na área do Lami, houve a tentativa de cultivo nos quintais, mas a invasão do gado do vizinho destruiu as roças. Em 2014, havia dois pontos de plantio, nas proximidades da aldeia, e outra um pouco mais avançado para o interior do Tekoa - TI Pindó Poty. Em 2022, duas roças, mais para o interior do Tekoa, foram instaladas no caminho para o Kambutí (Sítio arqueológico) que é a denominação do lugar onde foram encontrados restos cerâmicos ancestrais, lugar reconhecido como antiga aldeia, em terreno ligeiramente mais elevado. É prática comum o cultivo múltiplo de culturas, como o milho [avaxi], feijão [kumanda], mandioca [mandi'o], batata-doce [jety], abóbora [andai], melancia [xãjau]. Muitas das sementes são obtidas através de trocas entre outras aldeias. O feijão, por exemplo foi trazido por famílias vindas da Aldeia de São Miguel (RS). O milho Guarani, seu cultivar mais importante, tem diversas variedades, as quais são trocadas. As de Avaxi xi (milho branco) foram obtidas na aldeia de Osório; as de avaxi hyuy'i, na Tekoa Anhetenguá (Aldeia Lomba do Pinheiro); as de avaxi pará, na aldeia de São Miguel. Trazem sementes quando chega para morar é habitual entre os Guarani. No seu caminhar as sementes seguem junto, sempre trazem consigo no mínimo as sementes de milho. Com a intenção de evitar conflitos com a vizinhança os Guarani têm buscado realizar o plantio de espécies frutíferas no pátio/quintal da aldeia como uma forma de obter alimentos. No entanto, o espaço atualmente disponível que é restrito ao entorno das casas dos indígenas já atingiu o limite das possibilidades para esse plantio. Os Guarani na TI Pindó Poty, praticam a caça de pequenos mamíferos. Os remanescentes florestais mantêm o habitat para muitas espécies da fauna terrestre, especialmente de pequenos animais. A caça é parte da tradição Guarani. Se no passado constituiu uma fonte alimentar importante, com o abate de grandes animais, como a anta e o veado, ou mesmo a queixada (koxi), caçados com arco e flecha, atualmente, pela pouca disponibilidade dessas espécies, caçam com armadilhas somente os pequenos animais e as aves, que tem importância reduzida na base alimentar diária. São mantidos, contudo, os aspectos ligados à confraternização que a distribuição da caça sempre proporcionou. Ainda hoje, mesmo com pequenas quantidades, o resultado da caça é distribuído entre os familiares. Atualmente, na aldeia Pindó Poty (Lami), a caça não é tão praticada quanto antigamente, tendo importância reduzida na base alimentar diária, a criação de galináceos e a pesca supre, em certa medida, a carência alimentar de proteína. A caça é realizada ocasionalmente, com armadilhas mondéu e mondepi, dispostas nas áreas de mata ciliar do arroio Lami. As atividades de pesca são muito importantes para os Guarani, tanto para alimentação, como uma prática social e de lazer, onde as crianças também participam. Eles realizam uma "pesca caminhante", ou seja, caminhando ao longo do arroio Lami e verificando onde há maior disponibilidade de peixe. Os principais peixes pescados são: lambari-pikyí (Astyanax spp.), jundiá-nhundiá (Rhamdia quelen), cará-akará (Pterophyllum), traíra-tarey (Hoplias malabaricus) e o pikyráí. Utilizam varas de taquara com anzóis e minhocas. Sem acesso pleno ao território cujo reconhecimento é reivindicado e por conta das condições ambientais do entorno a disponibilidade de espécies para a pesca nos arroios é restrita. Normalmente são peixes pequenos e compõem alternativa de variedade da dieta alimentar. Além da pesca no arroio, no Lami, a atividade também é praticada nos banhados, nas áreas alagadiças com espécies de peixe anuais ou nas proximidades do Lago Guaíba, onde são encontradas algumas espécies de maior porte. As atividades de coleta e extrativismo também são de amplo conhecimento dos Mbya. Grande parte do suprimento de recursos para a manutenção da vida autônoma Guarani provem da coleta ou extrativismo de matérias primas das matas. São recursos para a alimentação como frutos, palmito, raízes e mel, para medicamentos, para a construção de moradias, para a preparação e cozimento dos alimentos, para o aquecimento dos ambientes em uma região fria, para rituais, para a confecção de produtos para a venda, o artesanato. A cada finalidade há uma série de recursos naturais utilizados, sejam eles de origem vegetal, animal ou outra origem, como a argila ou o mel. Algumas espécies têm mais de um tipo de uso, ou mesmo mais de uma parte utilizada como as raízes, folhas, frutos ou o caule. O consumo de mel nas cerimônias religiosas está restrito apenas pelo que é produzido pelas abelhas iraveju, mandorí e jataí coletados nas matas. Além destas, também ocorre na aldeia Pindó Poty as abelhas europa, irapuá e pingarei. Também há colmeias de abelha africana (Apis mellifera). Ainda usam como tratamento de saúde os medicamentos tradicionais extraídos da mata ou cultivados, somente no caso de não surtir efeito é que procuram atendimento de saúde com o Juruá (sistema de saúde ocidental). A coleta animal também é bastante importante na alimentação dos Guarani. A larva ixó (larva do pindó) é encontrada nos colmos do butiá e do jerivá em fase de decomposição. Há duas espécies diferentes: a ixó xi (branca) e a ixó pytá (vermelha). Essa larva é muito apreciada pelos Guarani. Durante as caminhadas na mata do Lami, foram encontrados pontos de coleta dessa larva nos colmos do pindó. Outra atividade importante para os Guarani do Lami é a produção e comercialização do artesanato. Na TI Pindó Poty, havia uma casa de artesanato, localizada em frente à aldeia, na beira da estrada, local onde os Guarani colocavam e vendiam seu artesanato. A venda de artesanato é maior no verão, período em que o Bairro Lami é bastante utilizado como balneário de veraneio

IV - MEIO AMBIENTE:

A Terra Indígena Pindó Poty está localizada na sub-bacia do arroio Lami, situada na planície aluvial do Lago Guaíba, no limite com a planície marinha da Lagoa dos Patos. A grande bacia do Lago Guaíba tem como formadores os rios Jacuí, Caí, Sinos e Gravataí abrangendo uma área com uma extensão de 2.970 km². O arroio Lami, possui uma área de 39,57 km², com suas nascentes nos municípios de Porto Alegre e Viamão, na região do Morro São Pedro, e deságua no Lago Guaíba na Reserva Biológica do Lami (Rebio Lami, criada pelo Decreto-Lei Municipal nº 4097, de 1975). Suas matas ciliares formam um importante corredor ecológico para espécies da flora e fauna silvestre da região sul de Porto Alegre. Esse corredor ecológico é uma importante ligação com o Morro São Pedro, o maior da área de Porto Alegre e maior remanescente de Mata Atlântica do município, em cuja região houve a criação de um refúgio da vida silvestre de 136,14 hectares (Decreto nº18.818, de 15 de outubro de 2014). O Morro São Pedro é utilizado tradicionalmente por indígenas das etnias Guarani, Kaingang e Charrua. Há algumas terras Guarani no entorno, sendo que há três aldeias na Lomba do Pinheiro, sendo uma de cada etnia. Devido à importância desse local, torna-se imprescindível regularizar as terras indígenas próximas, como a TI Pindó Poty, para que assim se possa criar o chamado Mosaico de áreas protegidas, que incluem Unidades de Conservação e terras indígenas, na tentativa de dissipar os impactos da urbanização e contribuindo para a conservação ambiental e a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas da região. O Morro São Pedro é local de algumas nascentes, além do arroio Lami, também se localizam as nascentes do arroio do Salso que corre na direção norte e é a maior microbacia do município. A preservação do Morro São Pedro é fundamental para a manutenção das águas dessas microbacias e de suas matas ciliares que por sua vez contribuem diretamente na manutenção da qualidade dos ecossistemas da TI Pindó Poty e da Reserva Biológica do Lami. Esta REBIO do Lami, situa-se no limite sul da TI Pindó Poty, em direção ao Lago Guaíba, protegendo alguns dos ecossistemas originais da região, como matas ciliares, banhados, juncais, matas de restinga, maricazais, vassourais e campos arenícolas. No interior da TI Pindó Poty encontra-se boa parte da mata ripária, chamadas de matas ciliares ou matas em galeria, que ocorre ao longo do arroio Lami em toda a extensão do limite oeste da terra indígena, com a ocorrência de várias espécies da flora, como o jerivá (Syagrus romanzoffiana), o tarumã-branco (Citharexylum myrianthum), a embaúba (Cecropia pachystachya), a figueira-purgante (Ficus insipida), e a corticeira-do-banhado (Erythrina cristagalli). Próximo ao limite com a Rebio do Lami há ocorrência de matas psamófilas que são formadas por matas ou capões mais baixos, com estrato arbóreo normalmente constituído, por branquilha (Sebastiania commersoniana), aguai-mirim (Chrysophyllum marginatum), ipê-amarelo (Handroanthus pulcherrimus) e capororocão (Myrsine umbellata), e ainda podem ocorrer o jerivá (Syagrus romanzoffiana), a figueira-de-folha-miúda (Ficus cestrifolia), e a timbaúva (Enterolobium contortisiliquum). Espécies fundamentais na cosmologia Guarani e essenciais nas suas atividades produtivas, o jerivá (pindó), a planta inteira é utilizada pelos Guarani: folhas, frutos, caule e fibras, sendo fonte de alimento, remédio e abrigo. Um importante uso dessa palmeira é a construção das casas tradicionais (óga). Outra espécie utilizada pelos Guarani é a corticeira-do-banhado para o artesanato, a confecção dos "bichinhos" que tem grande aceitação no mercado, além da guiné (pipi) que pela sua importância medicinal é buscada por guaranis de outras aldeias, todas com ocorrência garantida na TI Pindó Poty, tanto na mata ripária quanto na mata brejosa e na mata de restinga arenosa. Foi verificada a ocorrência de concentrações de taquara, amplamente utilizada pelos Guarani para a confecção de cestos comercializados como artesanato. Em toda a área delimitada há recursos de uso dos indígenas, alguns com maior intensidade outros menos, mas todos acessados por caminhos na mata e pelo arroio Lami, até os limites da Reserva Biológica do Lami. Quatro dos locais foram considerados pelos indígenas como muito relevantes para a vida guarani. O primeiro onde pretendem construir a nova aldeia, um platô não inundável nas proximidades do sítio arqueológico, provavelmente local de antiga aldeia, confirmando a qualidade do espaço para este propósito. A aldeia nesse local os afasta dos riscos da proximidade do fluxo de veículos da rua principal, e os protege das constantes inundações que ocorrem no local atual. O segundo, um local no arroio Lami onde há ocorrência de argila em maior densidade, adequada para a confecção do petyngua (cachimbo), um referencial cosmológico para os Guarani em razão da forma de uso desse petyngua. O terceiro corresponde aos locais onde há Guiné, espécie em abundância a qual tem servido às outras aldeias nas proximidades como a TI Cantagalo e a TI Lomba do Pinheiro, pertencentes ao sistema de trocas Guarani. Em quarto lugar, e não menos importante que os demais, está toda a extensão do arroio Lami, ora como limite da terra, ora no seu interior, como fonte alimentar significativa, a pesca de pequenos peixes ao longo de todo o ano, com maior intensidade entre abril e julho, e depois nos meses de outubro e novembro. A TI Pindó Poty, por estar situada no Bairro Lami, em franco processo de urbanização e com o avanço crescente de novas ocupações, torna a terra tradicional Guarani vulnerável a uma série de riscos socioambientais. Enquanto não houver o reconhecimento da terra indígena, como de uso exclusivo dos Guarani, seus habitantes, estarão sujeitos às disputas cada vez mais frequentes pelos recursos e espaços dessa terra por parte das ocupações não indígenas. Dessa forma, a demarcação da terra indígena, incluindo maior parcela possível da mata ciliar do arroio Lami, um corredor ecológico, e fazendo limite com a unidade de conservação (RBL), contribui para a proteção da Reserva Biológica assim como a existência dela traz benefícios ambientais para a manutenção da vida Guarani.

V - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL:

A avaliação da demografia dos Guarani Mbyá deve ter por referência a multilocalidade que conforma a sua territorialidade, pautada na mobilidade e circulação de pessoas desse povo indígena entre as diversas aldeias e terras indígenas nas regiões de seu território de ocupação tradicional, implicando em flutuações populacionais nas aldeias, oscilando aumentos e diminuições constantes no número de famílias nas diversas aldeias. Ou seja, a dinâmica demográfica da TI Pindó Poty insere-se no processo mais amplo da totalidade de crescimento populacional deste povo indígena. As visitas entre as aldeias podem se tornar temporárias ou permanentes. Tais movimentos, são componentes centrais na organização social Mbyá. Estudos realizados na TI Pindó Poty em 2006, indicaram a presença de 04 famílias totalizando 17 pessoas, já em 2008, por ocasião de outro estudo, registrou-se 35 pessoas. Os dados populacionais obtidos pelo Grupo Técnico de identificação, entre 2012, 2014 e 2022, são: em 2012 na TI Pindó Poty, foi registrado a presença de 17 pessoas, em 2014, habitavam 07 famílias, totalizando 30 pessoas, já em 2022, foram registrados a presença de 11 famílias totalizando 43 pessoas. Esses registros demográficos na TI Pindó Poty transparecem algumas oscilações populacionais. Uma das explicações dessas variações populacionais estaria associada à mobilidade Guarani que é parte da organização social desse Povo. O trânsito entre as aldeias e terras indígenas dos Mbya é constante, visitam parentes e usufruem das áreas e espaços das diversas aldeias, numa rede de reciprocidade permanente, distribuídas em todos os estados do sul e sudeste do Brasil, exceto Minas Gerais, na região nordeste da Argentina, principalmente na Província de Misiones, no leste do Paraguai e, em número reduzido, no norte do Brasil e no Uruguai. A TI Pindó Poty contempla a situação constitucional no tocante às áreas necessárias à reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, por possuir espaços adequados ao relativo equilíbrio sociocultural dos Mbyá. Espaços em que possam exercer o modo de vida tradicional (Mbyá reko) de acordo com os preceitos divinos. Também, ter acesso ao acervo botânico ao qual estão relacionados conhecimentos tradicionais que possibilitem a cura em casos de adoecimentos. Portanto, as condições ambientais dos espaços necessários à reprodução sociocultural identificados e delimitados na TI Pindó Poty são fundamentais. Os ciclos do tempo na TI Pindó Poty, que conduzem os rituais, seguem o calendário Guarani divididos em duas "estações" anuais, ara yma e ara pyau. Em meados/final do ara yma, as áreas que serão destinadas à agricultura são preparadas. Em outro momento, com os acontecimentos que marcam a transição para o ara pyau, os primeiros plantios de milho são realizados. Neste período, ocorre o ritual mais importante, o nhemongarái. Este ritual, conduzido pelas lideranças espirituais, realizado na opy (casa de rezas), é o momento em que as crianças serão nomeadas. Receber o nome, para os Guarani Mbyá, significa uma revelação, realizada pelos Xamãs (karaí e kunhã karaí), do lugar de proveniência das almas/espíritos. As almas (nhe'ë) são enviadas pelas divindades e são as agências fundamentais para a concepção e desenvolvimento dos corpos. Para a realização do nhemongarái, o avaxi (milho) é elemento necessário, associado a outros elementos encontrados nas matas, como o e'(mel) e ka'a (erva mate). As atividades produtivas, os recursos ambientais, a caça, a coleta e o plantio mobilizam os sentidos e agências definidas pela cosmologia Guarani, ganhando, portanto, contornos rituais. A experiência cotidiana no espaço concreto em sua significação ritual também reforça o vínculo da cosmologia com a terra delimitada. Os Guarani Mbyá denominam seus lugares de vida pelo termo tekoa, que pode ser definido como o lugar de atualização de seu modo de ser, sistema, costumes e tradições (teko). Espaços nos quais a transmissão do conhecimento entre as gerações mobiliza a singularidade dos Guarani Mbyá. É exatamente nessa dimensão ritual do tekoa que os usos, costumes e tradições Guarani Mbyá adquirem centralidade e importância na reprodução cultural.



VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO:

A região da TI Pindó Poty, foi ocupada nas últimas três décadas do século XVIII com contingentes populacionais de mamelucos e portugueses a partir de Laguna e do Forte Jesus Maria José em Rio Grande. A transmigração de missionários e a formação de aldeias indígenas fizeram parte deste processo, sendo essenciais para o processo de ocupação desejado pelos Portugueses. Estas aldeias estavam providas com fazendas de gado, ervais, moinhos e olarias, nas quais os missionários trabalhavam. Já no início da década de 1770, as terras e benfeitorias das aldeias de São Nicolau no Rio Pardo e da aldeia de Nossa Senhora dos Anjos passaram a ser arrendadas e arrematadas por fazendeiros, proprietários, militares e pelos próprios administradores das aldeias. Moradores portugueses ou outros não indígenas eram admitidos dentro das aldeias, conforme as diretrizes do Diretório dos Índios, pois a integração das populações nativas era o objetivo daquela política. Como resultado da política indigenista de teor pombalino, os aldeamentos passaram a ter seus bens arrematados, sendo o argumento da miscigenação dos indígenas com a sociedade da época, uma das grandes diretrizes da política lusitana com relação aos nativos, estabelecendo um modus operandi da gradativa extinção dos aldeamentos. Contudo, as aldeias formadas nos campos de Viamão, em Gravataí, no rio Pardo (São Nicolau) e do rio Jacuí, em Cachoeira, nunca deixaram de ser habitadas pelos missionários que fizeram a transmigração e seus descendentes, ainda que estivessem oficialmente extintos, a partir de meados do século XVIII e fim do século XIX. Neste período, devido à invasão espanhola em São José do Norte e Rio Grande, Viamão torna-se sede do governo português na região, provocando mudanças nas forças econômicas e de exploração e ocupação do território. O interesse na exploração ficou evidente com a expropriação dos "bens comuns das famílias de índios Guarani" pelos agentes da ocupação e colonização portuguesas. Nos "campos de Viamão", que à época continha uma vasta área que incluía toda a região à leste da atual Porto Alegre, até as proximidades do litoral atlântico, havia estâncias, ervais, guardas e fábricas de olaria e engenhos d'água que, como bens comuns dos povos Guarani eram por eles manejados. Isto significava uma grande circulação dentro deste território, e muitos dos locais hoje habitados por Mbyá-Guarani foram territórios Guarani à época. Durante o século XIX e até meados da década de 1960, a região do extremo sul de Porto Alegre tinha sua economia estimulada através da pecuária, das fabricas de engenho e de olarias de produtos diversos, e do cultivo de arroz, escoando seus produtos para Porto Alegre e para o porto de Rio Grande através de vias fluviais. O Lami possui uma posição estratégica de ligação entre o centro da capital e as cidades do sul do Estado, sendo um dos pontos mais próximos da Lagoa dos Patos. Esta via natural de acesso às lagoas e ao litoral foi igualmente percebida e palmilhada pelos Mbyá-Guarani no passado remoto, no passado histórico e na atualidade. Contudo, em meados do século XX, quando Porto Alegre tomava o rumo da urbanização com a abertura de estradas e com a expansão dos meios de transporte, grande parte da zona sul da cidade permanecia com vias de acesso precárias e um modo de exploração baseado na antiga estrutura econômica. O Lami ainda constitui um balneário que confere ao bairro um ritmo sazonal de ocupação. Esta sazonalidade era mais nítida até há cerca de 20 anos atrás, pois atualmente a urbanização e a especulação imobiliária, bem como a constituição de loteamentos populares, tornam o bairro relativamente populoso. Até a década de 1960 o Lami era predominantemente um bairro de trabalhadores rurais, fornecedor de telhas, tijolos e alimentos para os centros urbanos próximos. Os primeiros registros históricos relativos à região datam de 1780, quando os ocupantes "brancos" habitavam em chácaras no entorno do Lago Guaíba, onde praticavam a agricultura. Dentro deste contingente populacional havia também os compradores das olarias e moinhos de farinha anteriormente pertencentes à "aldeia dos índios". Estes locais eram locais de referência para os Guarani missionários, pois ali existiam ervais, estâncias e cursos de rios na região do Lago Guaíba. Nesta época, havia ainda a persistência das populações indígenas, apesar da desativação oficial de São Nicolau e da dramática redução das terras do aldeamento de Nossa Senhora dos Anjos. Havia ainda outros locais com presença Guarani, como a Granja Vargas, ao sudeste da Aldeia dos Anjos. Porém, com a crescente ocupação das terras nativas e com a distribuição de terras a colonos estrangeiros, o processo de apropriação de terras e expropriação dos territórios nativos acelerou-se. Desde o final do século XIX, até 1970, a economia do Lami, então pertencente ao 7º distrito de Porto Alegre, estava baseada na agricultura, na pecuária, na pesca, na produção de farinhas de mandioca e olarias, especialmente telhas e tijolos. Esta produção era exportada através de barcos a vapor pelo Guaíba para as cidades de Porto Alegre, Rio Grande e para outras regiões do Brasil, ocasionando um grande trânsito comercial. Além do intenso trânsito comercial, nesta época o Lami era conhecido como um balneário. Ali havia um armazém que existiu até a década de 1970, quando foi destruído, uma vez que a produção agrícola da região decaía desde a década de 1950, quando a produção das dos moinhos percebeu devido a uma nova orientação econômica que trouxe grandes transformações para região, com a abertura da RS 118 que liga Porto Alegre ao Distrito de Itapuã, passando pelo Lami. A partir de então, houve uma progressiva ocupação das terras da área através do loteamento das antigas fazendas e chácaras e pela simples ocupação de áreas disponíveis. Nos últimos anos, fazendas e chácaras vêm sendo progressivamente vendidas e loteadas em pequenas parcelas. Foi no início da década de 1960 que o processo de ocupação habitacional e a urbanização começou. Nesta época, a produção da região já estava em declínio, e o intenso trânsito comercial observado até então desaparecia. Com a construção da estrada RS 118 (liga Porto Alegre ao Distrito de Itapuã, passando pelo Lami) teve início um processo de especulação imobiliária e da construção de loteamentos populares na localidade. Nas últimas décadas o Lami passou a ser identificado como um bairro periférico, com áreas de mata preservada. Por fim, desde meados de 1997, houve um expressivo aumento populacional e um crescente processo de especulação imobiliária no Lami. Por ocasião dos estudos complementares de natureza fundiária e cartorial foram realizados em 2018, e identificados um total de 20 imóveis de ocupantes não indígenas incidentes no interior da TI Pindó Poty. Deste total de imóveis incidentes, 13 tiveram suas matrículas localizadas e outros 07 imóveis não foram apresentadas matrículas que comprovassem a propriedade formal dos ocupantes. Quanto à dimensão dos imóveis incidentes na terra indígena, 10 deles incidem com área entre 1 e 13 hectares, 09 imóveis com áreas inferiores a 01 hectare, 01 possui área incidente de 16 hectares. Desses imóveis, 14 incidem parcialmente e 06 incidem totalmente nos limites da TI Pindó Poty. Alguns dos imóveis possuem características rurais, com economia baseada na pecuária, dois deles dedicado a criação e/ou hospedagem de cavalos, bem como imóveis com características de pequenos sítios semiurbanos, e ainda outros lotes menores com características de lotes urbanos. Em algumas áreas, incidiram na TI Pindó Poty porções com pastagem e silvicultura associadas aos ambientes de uso dos Guarani, e outras às margens do arroio Lami, configurando áreas de preservação permanente. Consta na tabela abaixo as informações sobre as ocupações não indígenas na TI Pindó Poty.

Nº de Ordem	Nome do Ocupante	Localidade	Situação do Ocupante em Relação a Ocupação	Área de Incidência na TI
01	Jones Wurdig	Beco do Ermino	Proprietário	Total
02	Marquinho Rocha da Silva	Beco do Ermino	Proprietário	Parcial
03	Alberto Davi Matoni E Agla Ane Rego Matone)	Fazenda Adegas	Proprietário	Parcial
04	Jason Pereira	Rua Mauro Vieira Beco do Cego	Proprietário	Parcial
05	Jacob Adil Bolzan (Atilio Antonini - Titular)	Acesso Pela Avenida Edgar Pires de Castro	Outros	Parcial
06	José Antonio Vargas Dias	Estrada Otaviano José Pinto	Proprietário	Parcial
07	José Dilvar Rocha da Costa (Herdeiros de Armando Prates Dias)	Acesso Pela Avenida Edgar Pires de Castro	Proprietário	Total
08	Clovis Vargas Weiss	Beco do Ermino	Proprietário	Parcial
09	Robson Bierhals da Silva	Rua Maurovieira - Beco do Cego	Proprietário	Total
10	Valdomiro Jose Antonini e Maria Nilva Kenzi Antonini	Estrada Otaviano José Pinto	Proprietário	Parcial

11	Claudecir Fabiano Lemos Rodrigues	Estrada Otaviano José Pinto - Bairro Lami	Proprietário	Parcial
12	Valdir Fraga Da Silva	Estrada Otaviano José Pinto - Bairro Lami	Proprietário	Parcial
13	Marli Martins Guimarães e Egon Kvietinski	Acesso Pela Avenida Edgar Pires de Castro	Proprietário	Parcial
14	Rogério Tagliari	Estrada Otaviano José Pinto	Proprietário	Parcial
15	Carlos Renoldo Sonnemam	Estrada Otaviano José Pinto	Proprietário	Total
16	Alcy da Costa Bernardes Junior	Estrada Otaviano José Pinto	Proprietário	Total
17	Arnaldo Rizzardo	Acesso Via Avenida Edgar Pires de Castro	Proprietário	Parcial
18	Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do RS	Acesso Via Avenida Edgar Pires de Castro	Proprietário	Total
19	Herdeiros de Italina Lazaretti Tiziani	Estrada Otaviano José Pinto	Proprietário	Parcial
20	Renato Sachs	Estrada Otaviano José Pinto	Proprietário	Parcial

VII - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

A delimitação da Terra Indígena Pindó Poty, configura uma área contínua dos ambientes que constituem o tekoa Guarani Mbyá do Lami, com o propósito de assegurar sua proteção e conservação socioambiental, bem como garantir a sustentabilidade e autonomia dos Guarani. A área delimitada da TI Pindó Poty é parte integrante do território do povo Guarani e constitui de forma indubitável uma terra tradicionalmente ocupada pelos Guarani Mbyá, apresentando as condições ambientais necessárias às suas atividades produtivas, à habitação permanente, contemplando as necessidades de reprodução física e cultural, de acordo com os seus usos, costumes e tradições, em consonância aos quesitos estabelecidos constitucionalmente pelo Artigo nº 231 da Carta Magna de 1988. Os estudos antropológicos, etno-históricos, cartográficos, fundiários e ambientais apresentados no Relatório Circunstanciado, consolidam os vínculos indissolúveis entre os Guarani Mbyá e esta porção do seu território tradicional. Neste sentido, é da máxima urgência atender à reivindicação dos Guarani de regularização fundiária da área, garantindo seus direitos à posse plena e usufruto exclusivo dos recursos nela existentes. Os trabalhos de campo que resultaram nas informações presentes neste Relatório Circunstanciado contaram com a participação das lideranças e moradores da TI Pindó Poty. Os limites da TI Pindó Poty foram apresentados, discutidos e referendados pela comunidade Guarani da terra indígena, conforme determina o Decreto n. 1.775, de 8 de janeiro de 1996 e a Portaria/MJ nº 14, de 09 de janeiro de 1996, tendo como superfície aproximada uma área de 71,8830 hectares, com perímetro aproximado de 6.688 metros, conforme mapa e memorial descritivo.

LUCIANO ALVES PEQUENO ANTRÓPOLOGO - Antropólogo-coordenador do GT

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se o perímetro no Ponto P-01 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'08,475"S e 51°06'02,559"WGr, localizado na margem esquerda do Arroio Lami, nas proximidades de uma ponte na Avenida Edgar Pires de Castro; deste, segue por linha reta até o Ponto P-02 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'08,542"S e 51°06'01,726"WGr, localizado na margem da Avenida Edgar Pires de Castro; deste, segue margeando a citada avenida e pela cerca na parte frontal da aldeia Pindó Poty, localizada no lote n. 12.179 da malha fundiária da Prefeitura Municipal de Porto Alegre-PMPOA, até o Ponto P-03 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13',595"S e 51°05'57,913"WGr, localizado na margem da Avenida Edgar Pires de Castro; deste, segue contornando os lotes da malha fundiária da PMPOA, passando pelos seguintes Pontos: P-04 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'12,432"S e 51°05'58,158"WGr; P-05 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'12,678"S e 51°05'57,382"WGr; P-06 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'12,963"S e 51°05'56,800"WGr; P-07 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'13,066"S e 51°05'56,800"WGr, até o P-08 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'13,273"S e 51°05'56,076"WGr, localizado na margem da estrada Otaviano José Pinto; deste, segue pela referida estrada, passando pelos seguintes Pontos: P-09 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'19,210"S e 51°05'56,955"WGr; P-10 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'21,765"S e 51°05'56,981"WGr; P-11 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'25,358"S e 51°05'56,727"WGr; P-12 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'28,666"S e 51°05'56,675"WGr; P-13 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'31,859"S e 51°05'56,860"WGr, até o P-14 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'33,883"S e 51°05'57,181"WGr, localizado na margem da estrada Otaviano José Pinto; deste, segue contornando os lotes da malha fundiária da PMPOA, passando pelos seguintes Pontos: P-15 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'33,924"S e 51°06'04,471"WGr; P-16 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'37,925"S e 51°06'04,365"WGr, até o Ponto P-17 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'37,704"S e 51°06'05,697"WGr, localizado na margem direita do Arroio Lami; deste, segue pelo referido arroio a jusante, passando pelo Ponto P-18 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'40,966"S e 51°06'04,673"WGr, até o Ponto P-19 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'43,354"S e 51°06'04,151"WGr, localizado na margem esquerda do Arroio Lami; deste, segue por linha reta até o Ponto P-20 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'43,751"S e 51°06'02,319"WGr, localizado na borda da Área de Proteção Permanente-APP do Arroio Lami; deste, segue pela borda da APP do Arroio Lami, passando pelos seguintes Pontos: P-21 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'44,227"S e 51°06'02,202"WGr; P-22 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'44,790"S e 51°06'02,384"WGr; P-23 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'45,757"S e 51°06'02,028"WGr; P-24 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'46,951"S e 51°06'02,370"WGr; P-25 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'47,738"S e 51°06'02,689"WGr, até o Ponto P-26 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'48,326"S e 51°06'03,838"WGr, localizado na borda da APP do Arroio Lami; deste, segue por linha reta até o Ponto P-27 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'55,818"S e 51°06'06,059"WGr; deste, segue por linha reta até o Ponto P-28 de coordenadas geográficas aproximadas 30°14'06,242"S e 51°06'02,295"WGr, localizado no limite da Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger; deste, segue acompanhando o limite da Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger, passando pelos seguintes Pontos: P-29 de coordenadas geográficas aproximadas 30°14'06,377"S e 51°06'09,102"WGr; P-30 de coordenadas geográficas aproximadas 30°14'06,712"S e 51°06'12,616"WGr; P-31 de coordenadas geográficas aproximadas 30°14'06,634"S e 51°06'16,666"WGr; P-32 de coordenadas geográficas aproximadas 30°14'05,522"S e 51°06'20,223"WGr; P-33 de coordenadas geográficas aproximadas 30°14'05,431"S e 51°06'21,116"WGr; P-34 de coordenadas geográficas aproximadas 30°14'04,694"S e 51°06'22,695"WGr, até o P-35 de coordenadas geográficas aproximadas 30°14'04,784"S e 51°06'26,744"WGr, localizado no limite da Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger; deste, segue por linha reta até o Ponto P-36 de coordenadas geográficas aproximadas 30°14'05,070"S e 51°06'28,684"WGr, localizado na margem esquerda do Arroio Lami; deste, segue a montante pelo Arroio Lami, até o Ponto P-37 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'47,163"S e 51°06'13,219"WGr, localizado na margem direita do Arroio Lami; deste, segue por linha reta até o Ponto P-38 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'46,101"S e 51°06'12,960"WGr; deste, segue por linha reta até o Ponto P-39 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'44,792"S e 51°06'13,355"WGr, localizado próximo a estrada denominada beco do Ermínio; deste, segue pela referida estrada, até o Ponto P-40 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'45,503"S e 51°06'14,846"WGr, localizado próximo a estrada denominada beco do Ermínio; deste, segue por linhas retas acompanhando as divisas de lotes, passando pelos seguintes Pontos: P-41 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'36,646"S e 51°06'13,697"WGr; P-42 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'36,336"S e 51°06'14,853"WGr; P-43 de coordenadas geográficas aproximadas 30°13'35,834"S e



